ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO¹

SINOPSE

Os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já revelam os efeitos das medidas de enfrentamento da pandemia sobre o funcionamento do mercado de trabalho. O gráfico 1 mostra que a taxa de desemprego/desocupação chegou a 13,3% no segundo trimestre de 2020, contra 12,4% no mesmo período do ano passado e 11,6% no primeiro trimestre corrente. Vale destacar que este é o segundo maior valor da série histórica da pesquisa, ficando abaixo apenas do primeiro trimestre de 2017 (13,7%).

GRÁFICO 1
Taxas de desemprego (2012-2020)
(Em %)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.

Elaboração: Ipea.

Em que pese ser uma elevação não desprezível, ela não retrata fielmente o impacto negativo das medidas, pois, por tratar-se de um indicador sintético que reflete o comportamento conjunto da oferta e da demanda, ela tende a atenuar as(os) mazelas/sucessos do mercado quando essas duas dimensões flutuam na mesma direção.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt70/mercadodetrabalho>

Uma perspectiva alternativa para identificar, de forma sucinta, como movimentos de oferta e demanda por trabalho vêm influenciando o mercado de trabalho consiste em recorrer a diagramas de fase que contemplem essas dimensões, explícita ou implicitamente. Hecksher (2020) já apontou que movimentos mais vigorosos são observados tanto para a taxa de ocupação como para a taxa de participação, com ambos os indicadores caindo vertiginosamente a partir de abril de 2020.

Dessa forma, plotamos conjuntamente as taxas de participação e de ocupação, conforme mostrado na figura 1. Antes de analisar os dados, vale registrar algumas observações: *i*) pontos nos quadrantes de cima são, em tese, preferíveis a pontos nos quadrantes inferiores por indicarem que o mercado está cumprindo melhor uma de suas funções básicas, ou seja, gerar empregos; e *ii*) se isso ocorrer sob baixa pressão da procura por trabalho, caso do quadrante de cima à esquerda, as taxas de desemprego serão mais baixas que o usual, com o oposto acontecendo no quadrante de baixo à direita.

Mais importante, até porque a definição desses quadrantes não tem critérios indisputáveis, as transições anuais têm interpretação análoga: *i*) transições para cima refletem aumento da vitalidade da demanda por trabalho, enquanto movimentos para baixo indicam perda de dinamismo e capacidade de geração de empregos; e *ii*) mudanças rumo ao quadrante acima e à esquerda redundam em quedas na taxa de desemprego, enquanto trajetórias no sentido oposto acarretam elevação nessa taxa. Por fim, em consonância com o afirmado no início, movimentos na direção dos outros dois quadrantes não têm efeitos claros sobre a taxa de desemprego, pois um deles tende a atenuar o impacto potencial do outro: a título de ilustração, pontos acima da linha tracejada estariam associados a taxas de desemprego menores que pontos abaixo dela.

Passando à evolução recente, as transições anuais de 2012 em diante são, em sua quase totalidade, nas direções sem um diagnóstico claro. Quando são considerados dois subperíodos, todavia, o panorama é distinto. Entre 2012 e 2016, há uma inequívoca perda de dinamismo no desempenho do mercado de trabalho, com uma queda acentuada na taxa de ocupação e taxas de participação semelhantes nos anos inicial e final, sem que tenha havido aperto da oferta. Em que pese mais uma queda da taxa de ocupação em 2017, a partir daí tem início um processo de recuperação, com a retomada da ocupação em meio a oscilações da oferta. Mesmo assim, comparando os anos extremos, observa-se perda de dinamismo da demanda e maior pressão da oferta, com consequente elevação do desemprego.

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.
Elaboração: Ipea.

Na próxima figura, esse exercício é repetido, agora levando em consideração apenas os resultados para essas taxas no segundo trimestre de cada ano. Desta maneira, é possível capturar o efeito inicial das medidas da estratégia de combate à pandemia sobre o mercado de trabalho no segundo trimestre de 2020, mantendo algum controle sobre os fatores de natureza sazonal.

FIGURA 2

Evolução do comportamento do mercado de trabalho – PNAD Contínua/2º trimestre (2012-2020)

(Em%)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.

Elaboração: Ipea.

Um primeiro ponto a destacar é que, apesar da dificuldade imposta pela mudança de escala, os movimentos com base nos dados para o segundo trimestre seguem, em linhas gerais, o que foi apurado na figura 2 para as médias anuais (as linhas tracejadas em preto visam facilitar essa visualização), e tanto o desaquecimento, entre 2012 e 2016, como o início de recuperação, a partir de 2017, permanecem bem caracterizados.

Já a mudança em 2020 é drástica, e, apesar de o aumento da taxa de desemprego ainda ser pequeno, o diagrama torna flagrante o grande afastamento das condições de normalidade. A queda acentuada das taxas de ocupação e de participação as leva a níveis muito abaixo do usual, emprestando uma conotação letárgica ao funcionamento do mercado.

1 ANÁLISE DA OCUPAÇÃO E DA INATIVIDADE SOB A ÓTICA DOS FLUXOS DE TRABALHADORES

O gráfico 2 mostra a evolução temporal dos fluxos de saída de trabalhadores do estado de ocupado por destino. Esses fluxos são computados comparando as posições dos trabalhadores em entrevistas separadas no tempo por um trimestre. Por exemplo, o primeiro ponto da linha de baixo do gráfico reporta que 2,7% dos ocupados no quarto trimestre de 2014 passaram a ser registrados como desempregados no primeiro trimestre de 2015. Essa transição apresentou uma leve tendência de aumento até o primeiro trimestre de 2017, quando atinge o seu maior valor, de 4,3%, e, após esse período, se verifica uma relativa estabilidade, oscilando em torno de 3,5%. Isso ocorre, inclusive, no início da pandemia, como atestado pelo último ponto da linha de baixo, que indica que 3,8% dos registrados como ocupados na PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2020 passaram a ser registrados como desempregados no segundo trimestre de 2020.

GRÁFICO 2

Transição da ocupação para desemprego ou fora da PEA¹ (2015-2020)

(Em %)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ População economicamente ativa.

A transição da ocupação para a inatividade mostra uma dinâmica distinta. Primeiro, se verifica uma leve tendência de queda desde o início da série até o quarto trimestre de 2019, com apenas 6% dos ocupados transitando para fora da PEA, em média, durante esse ano. Em 2020, o fluxo de ocupados para inatividade sobe para 7,3% no primeiro trimestre; e no segundo trimestre de 2020, atinge o maior valor da série histórica, 9,6%, corroborando a queda na taxa de participação apontada anteriormente.

A tabela 1 traz mais informações sobre esse fluxo de trabalhadores entre ocupação e inatividade. É possível notar que a elevação na saída do emprego, associada à chegada da pandemia, atingiu com similar intensidade todas as categorias de trabalhadores representados nessa tabela: *i*) homens e mulheres; *ii*) baixa, média ou alta escolaridade; e *iii*) empregados formais, informais ou autônomos e empregadores.

TABELA 1

Fluxos entre ocupação e inatividade por recortes socioeconômicos (2019-2020)

	1º tri./ 2019	2º tri./ 2019	3º tri./ 2019	4º tri./ 2019	1º tri./ 2020	2º tri./ 2020	Variação (2º tri./2020 - 2º tri./2019)
Total	6,4	6,0	6,0	6,1	7,3	9,6	3,5
Por sexo							
Homens	5,0	4,8	4,6	4,8	5,7	7,8	3,0
Mulheres	8,2	7,6	7,8	7,6	9,3	11,8	4,2
Por nível de escolaridade							
Ensino fundamental incompleto	11,1	10,4	10,6	10,7	12,3	14,2	3,8
Fundamental completo/ médio incompleto	8,0	7,3	7,4	7,5	9,4	11,7	4,4
Médio completo	4,1	3,9	3,9	3,9	4,9	7,4	3,4
Por posição na ocupação							
Empregado formal	4,9	4,7	4,4	4,2	5,1	7,0	2,3
Conta-própria/ empregador	11,9	11,4	11,8	11,2	13,3	16,1	4,6
Empregado informal	19,9	17,0	17,2	17,0	21,1	23,8	6,8

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.

Elaboração: Ipea.

O gráfico 3 complementa a análise mostrando os fluxos que têm a posição de inativo como destino. A linha de baixo reproduz a evolução já comentada do fluxo de trabalhadores que estavam ocupados e passaram a ser registrados como inativos no trimestre seguinte. Já a linha de cima mostra o fluxo de trabalhadores que eram registrados como desempregados num primeiro momento e passam a ser registrados como inativos um trimestre depois. Esse tipo de transição correspondia a 29% dos desempregados no primeiro trimestre de 2015. Entre 2015 e 2019, o fluxo de desempregados para fora da PEA apresentou uma trajetória quase contínua de queda, chegando a 23,7% no primeiro trimestre de 2019. A partir daí, inicia uma trajetória ascendente, que se acentua em 2020, atingindo a marca de 28% no segundo trimestre. Uma vez mais, isso reflete um movimento importante na dimensão da oferta de trabalho, evidenciando que os indivíduos sem ocupação estão deixando de buscar oportunidades no mercado de trabalho.

GRÁFICO 3
Transição para fora da PEA após 1º trimestre (2015-2020)
(Em %)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.
Elaboração: Ipea.

BOX 1

Evolução recente nas taxas de ocupação, inatividade e desemprego

Quando se observam os principais indicadores do mercado de trabalho mensalizados da PNAD Contínua com as séries da PNAD Covid-19, nota-se que, entre fevereiro e julho de 2020, acumularam-se cinco meses consecutivos de perdas de postos de trabalhos (tabela 2). A última divulgação mensal da PNAD Contínua refere-se ao trimestre móvel encerrado em julho, mas os dados da PNAD Covid-19 disponíveis quando da elaboração desta análise já avançam até setembro de 2020.

Em que pesem as diferenças de níveis, as variações dos indicadores costumam apontar nos mesmos sentidos em ambas as pesquisas, ao menos quando se acumulam dois meses. Com isso, a melhor informação atualmente disponível indica que os mais baixos níveis de ocupação e participação desde o início da pandemia tenham sido atingidos em julho e que, após cinco meses de queda, esses dois indicadores tenham passado a registrar alguma recuperação a partir de agosto. Já a taxa de desocupação, pouco afetada até maio, vem subindo nas duas pesquisas desde então, tendo atingido 14,5% na estimativa mensal da PNAD Contínua em julho e subido mais 0,6 ponto percentual na PNAD Covid-19 desde então.

TABELA 2
Indicadores mensais do mercado de trabalho (2020)
(Em %)

	Taxa de participação		Nível da ocupação		Taxa de desocupação	
	PNAD Contínua ¹	PNAD Covid-19	PNAD Contínua ¹	PNAD Covid-19	PNAD Contínua ¹	PNAD Covid-19
Janeiro	61,7	-	54,3	-	12,1	-
Fevereiro	61,7	-	54,4	-	11,8	-
Março	59,5	-	51,9	-	12,8	-
Abril	55,8	-	48,5	-	13,1	-

(Continua)

(Continuação)

	Taxa de participação		Nível da ocupação		Taxa de desocupação	
	PNAD Contínua ¹	PNAD Covid-19	PNAD Contínua ¹	PNAD Covid-19	PNAD Contínua ¹	PNAD Covid-19
Maio	55,2	55,6	48,1	49,7	12,8	10,7
Junho	54,8	56,0	47,1	49,0	14,1	12,4
Julho	54,0	55,1	46,1	47,9	14,5	13,1
Agosto	-	55,8	-	48,2	-	13,6
Setembro	-	56,0	-	48,3	-	13,7

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹Estimativa mensal própria baseada na PNAD Contínua/IBGE.

2 GRAU DE FORMALIDADE

O gráfico 4 mostra a evolução do crescimento anual da ocupação de acordo com o *status* de formalização. É possível notar que os três vínculos de ocupação apresentaram taxas de variação interanual negativas e bem expressivas no segundo trimestre de 2020. Destacam-se os resultados bem distintos registrados para as variações dos empregos formais e informais (sem carteira assinada) entre os segundos trimestres de 2020 e 2019, com redução de 6,2% para os empregos formais e de 21,2% para os informais.

GRÁFICO 4

Ocupação por tipo de vínculo – taxa de variação interanual (2015-2020)

(Em %)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.

Elaboração: Ipea.

Esse contraste parece apontar que algum fator específico do setor formal pode ter amortizado um ajuste mais forte no emprego desse segmento do mercado de trabalho. Podemos suspeitar tanto do maior custo de demissão, associado ao formal, como das medidas preventivas de suspensão ou redução de jornada, relacionadas ao benefício emergencial, que são restritas ao setor formal.

No entanto, o gráfico 5 relativiza essa interpretação ao distinguir a evolução do emprego formal nos setores privado e público. A queda de 6,2% parece ter sido puxada pelo emprego formal privado, que registrou uma redução interanual de 9,8%. Em contrapartida, o emprego formal público cresceu 7,6% no segundo trimestre de 2020 em relação a 2019.

GRÁFICO 5
Taxa anual de variação do número de empregados formais (2013-2020)
(Em %)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.
Elaboração: Ipea.

De qualquer forma, mesmo a queda de 9,8% registrada para o emprego formal no setor privado continua sendo bem inferior àquela registrada para o emprego informal (21,2%), indicando que os fatores mencionados podem de fato ter contribuído para suavizar o ajuste nesse segmento do mercado de trabalho.

Para obter mais indícios a respeito da pertinência dessa hipótese, vale notar que tanto o custo de demissão como as medidas preventivas relacionadas à suspensão ou à redução de jornada surtiriam efeito via suavização do ajuste no fluxo de saída de trabalhadores do emprego

formal, mas pouco (ou nada) poderiam fazer para conter um eventual ajuste na margem do fluxo de entrada de trabalhadores no setor formal.

O gráfico 6 ajuda a confirmar essa hipótese ilustrando os fluxos de trabalhadores entrando ou saindo do emprego formal. De fato, o fluxo de saída de trabalhadores do setor formal não mostra uma alteração significativa, tendo até registrado uma queda moderada. No segundo trimestre de 2020, esse fluxo correspondia a 8,6% dos empregados formais, enquanto o mesmo fluxo correspondia a 9,0% no primeiro trimestre de 2020 e a 9,1% no segundo trimestre de 2019.²

Já os fluxos de entrada de trabalhadores no emprego formal apresentam uma retração acentuada no segundo trimestre de 2020, tanto em comparação com o primeiro trimestre desse mesmo ano como em comparação ao segundo trimestre de 2019. Esse fato independe da origem do trabalhador que chega ao setor formal. A parcela de trabalhadores não ocupados que transitaram para um emprego formal cai para 3,7% no segundo trimestre de 2020, vindo de 9,1% no segundo trimestre de 2019 e 8,2% no primeiro trimestre de 2020. Da mesma forma, a parcela de trabalhadores informais ingressando em empregos formais passou a 3,8% no segundo trimestre de 2020, após ter registrado 10,8% no segundo trimestre de 2019 e 10,3% no primeiro trimestre de 2020. Em suma, os dados da PNAD Contínua parecem apontar que não houve grande mudança no movimento de saída de trabalhadores do setor formal após a chegada da pandemia, mas, em compensação, houve um forte ajuste no fluxo de entrada nesse segmento do mercado de trabalho, que passou para níveis inferiores à metade daqueles observados antes da chegada da pandemia.

GRÁFICO 6

Fluxos trimestrais de trabalhadores para dentro e para fora do emprego formal (2012-2020)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.

Elaboração: Ipea.

2. O fluxo total de saída de trabalhadores do setor formal pouco se altera, mas essa relativa estabilidade resulta de dois fluxos que variaram fortemente em sentidos opostos. A saída de formal para não ocupado registrou forte alta, sendo compensada por forte queda na saída de formal para informal.

O gráfico 7 mostra a evolução da quantidade de desligamentos do emprego formal a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – até o quarto trimestre de 2019 – e do Novo Caged³ (primeiro e segundo trimestres de 2020). Os desligamentos são divididos em três categorias: voluntários, involuntários ou por comum acordo.

A evolução dos desligamentos involuntários mostra um aumento limitado perto da perda de postos formais já comentada. No segundo trimestre de 2019, 2,823 milhões haviam sido desligados involuntariamente, e esse fluxo passa para 3,031 milhões no segundo trimestre de 2020. Ou seja, o Caged parece confirmar que o ajuste no emprego formal durante a pandemia não se concentra na margem dos desligamentos.

GRÁFICO 7

Desligamentos voluntários, involuntários e de comum acordo do emprego formal (2012-2020)¹

Fontes: Ministério da Economia/Caged; e Novo Caged. Disponível em: <<https://bit.ly/37NemhF>>. Acesso em: out. 2020.
Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Desligamento por comum acordo passa ser uma opção a partir de novembro de 2017.

Já a análise da evolução dos desligamentos voluntários nos leva a outra direção. Nota-se uma inflexão no segundo trimestre de 2020. Esse fluxo vinha apresentando uma tendência de

3. Trata-se do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), cujo objetivo é divulgar informações oriundas de dois conhecidos registros administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e Caged, à sociedade civil. Por meio desse programa, o Ministério da Economia vem procurando disseminar informações cada vez mais abrangentes sobre o mercado de trabalho, utilizando diferentes tipos de mídia e atingindo, assim, diferentes grupos de usuários (Brasil, [s.d.]).

aumento por ao menos dois anos, passando de 852 mil trabalhadores desligados voluntariamente no primeiro trimestre de 2018 para 1,019 milhão no primeiro trimestre de 2020. Esse movimento é compatível com um quadro de recuperação gradual do emprego formal vigente nesse período, que motiva a busca por postos de melhor qualidade por parte de trabalhadores já ocupados. No segundo trimestre, esse fluxo registra um forte recuo, totalizando 507 mil trabalhadores, o que indica uma queda na expectativa do trabalhador de conseguir migrar para um posto com melhores condições do que aquele que está ocupando.

Por fim, o gráfico 8 confirma o quadro que vinha se desenhando com os dados da PNAD Contínua, de um ajuste no emprego formal muito concentrado numa forte contração das admissões. Esse fluxo, que correspondia a 3,970 milhões de trabalhadores no segundo trimestre de 2019 e a 4,495 milhões no primeiro trimestre de 2020, passa a registrar 2,283 milhões de trabalhadores no segundo trimestre de 2020.

GRÁFICO 8
Admissões do emprego formal (2012-2020)

Fonte: Ministério da Economia/Caged.

Elaboração: Ipea.

3 EMPREGO SETORIAL

A tabela 3 traz uma análise da variação interanual da população ocupada (PO) por setor de atividade, por meio da PNAD Contínua, de forma a auxiliar na compreensão do agregado desse indicador. É possível perceber que todos os setores, com exceção das categorias “indústria extrativa”, “administração pública” e “saúde e educação”, apresentam taxas de variação interanuais negativas para o segundo trimestre de 2020. Dos treze setores listados, oito sofreram uma contração na PO maior do que 10% na comparação interanual. Os setores mais afetados foram os de “alojamento e alimentação”, em que a PO retraiu 26,1% entre o segundo trimestre

de 2019 e 2020, e de “serviços domésticos”, com uma forte redução de 24,7% no período. Também se destacam negativamente os setores de “construção civil” (-19,4%), “serviços pessoais” (-17,5%), “comércio” (-13,0%), “serviços industriais de utilidade pública (Siup)” (-12,1%) e “indústria de transformação” (-11,1%).

TABELA 3
PO por setores – variação interanual (2018-2020)
(Em %)

	2018			2019			2020		
	2º tri- mestre	3º tri- mestre	4º tri- mestre	1º tri- mestre	2º tri- mestre	3º tri- mestre	4º trimes- tre	1º trimes- tre	2º tri- mestre
Agricultura	-1,8	1,6	0,0	0,1	2,8	-2,0	-0,7	-1,9	-7,9
Indústria de transformação	1,5	0,8	-1,1	0,9	0,8	1,3	3,0	1,1	-11,1
Indústria extrativa	8,5	3,5	-5,3	4,6	2,2	-0,3	9,3	9,3	7,7
Siup	-4,0	-5,7	1,5	-2,8	3,1	9,8	4,5	3,4	-12,1
Construção civil	-2,5	-1,2	-1,7	-0,3	1,0	1,3	0,2	-2,1	-19,4
Comércio	-0,1	0,2	-0,4	0,7	1,1	0,9	1,5	-0,9	-13,0
Informação, instituições financeiras, imobiliárias e serviços a empresas	1,0	1,2	2,1	4,1	6,2	3,9	2,2	1,5	-4,2
Transporte	0,7	-0,2	4,5	4,4	4,8	6,1	3,1	1,7	-10,7
Serviços pessoais	6,0	9,1	5,8	3,9	5,7	1,8	4,5	2,1	-17,5
Administração pública	0,5	0,0	-0,5	0,8	-0,3	-1,3	0,4	0,5	4,2
Saúde e educação	5,3	4,8	5,6	4,4	3,6	2,6	1,7	4,7	1,1
Alojamento e alimentação	2,7	2,6	2,8	3,1	4,4	2,2	5,2	-1,3	-26,1
Serviços domésticos	1,7	0,9	-2,1	-1,3	1,3	1,4	2,1	-2,2	-24,7

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.

Elaboração: Ipea.

Na tabela 4, detalhamos a variação interanual da PO de cada setor no segundo trimestre de 2020 por tipo de vínculo. Em diversos setores, as maiores quedas no emprego no segundo trimestre de 2020 tendem a ser registradas para o grupo sem carteira assinada. Com exceção do setor de “administração pública”, todos os demais obtiveram taxas de variação interanuais negativas no segundo trimestre de 2020 para os vínculos sem carteira – e entre estes, apenas o setor de “saúde e educação” sofreu uma redução menor do que 10%.

É possível observar que a forte contração constatada no setor de “alojamento e alimentação” ocorreu para todos os vínculos, porém de forma mais grave pelo grupo de trabalhadores sem carteira, que sofreu uma queda expressiva de 39,1% entre o segundo trimestre de 2019 e 2020. No setor de “serviços domésticos”, a redução se deu tanto no grupo com carteira (-20,7%) quanto no sem carteira (-26,3%).

O emprego formal também se retraiu, com destaque negativo para – além das categorias de “serviços domésticos” e “alojamento e alimentação” (-26,1%) – as categorias de “serviços pessoais” (-21,0%), “construção civil” (-15,3%) e “transporte” (-11,7%). Já no vínculo dos trabalhadores por conta-própria, há variações muito expressivas em setores com poucos trabalhadores com esse tipo de vínculo (“indústria extrativa” e “Siup”), e, portanto, tais valores devem ser relativizados.

TABELA 4

PO por setores e posição na ocupação – variação interanual (2º tri./2020)

(Em %)

	Com carteira	Sem carteira	Conta-própria
Total	-6,2	-21,2	-10,3
1 Agricultura	-5,7	-14,2	-4,0
2 Indústria de transformação	-8,5	-21,0	-12,5
3 Indústria extrativa	15,1	-26,3	-49,0
4 Siup	2,8	-17,3	-46,3
5 Construção civil	-15,3	-25,8	-18,3
6 Comércio	-10,3	-27,1	-10,3
7 Informação, instituições financeiras, imobiliárias e serviços a empresas	-4,8	-18,2	4,9
8 Transporte	-11,7	-23,7	-6,1
9 Serviços pessoais	-21,0	-30,3	-13,6
10 Administração pública	4,4	3,6	-
11 Saúde e educação	4,3	-7,4	-9,6
12 Alojamento e alimentação	-26,1	-39,1	-17,6
13 Serviços domésticos	-20,7	-26,3	-

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.

Elaboração: Ipea.

O Caged permite a desagregação das movimentações de trabalhadores com carteira assinada por setores de atividade ao longo dos meses de interesse. Os dados são agrupados em nove grupos setoriais. O indicador usado é uma taxa de crescimento líquido do emprego setorial, priorizando comparações interanuais, de forma a expurgar efeitos sazonais. Essa taxa

corresponde à razão entre o respectivo saldo informado pelo Caged e o estoque referente ao mês anterior.⁴

O gráfico 9 traz as respectivas diferenças entre as taxas de crescimento líquido setoriais entre os mesmos meses de 2020 e 2019. De forma geral, é possível notar uma tendência de ter o pior resultado em abril e uma recuperação a partir de maio. Em junho, muitos setores já mostravam taxas de crescimento líquido do emprego nulas, enquanto em julho essas taxas já apareciam como positivas na maioria dos setores.

GRÁFICO 9

Diferença interanual do crescimento líquido do emprego, normalizada usando a PNAD Contínua – Caged (2019-2020)

(Em%)

Fontes: PNAD Contínua/IBGE; e Ministério da Economia/Caged.
Elaboração: Ipea.

Apesar das tendências comuns apontadas, há também algumas distinções entre os setores que são dignas de nota. Em primeiro lugar, cabe mencionar as perdas expressivas de postos de trabalho no setor de alojamento e alimentação, registradas entre os meses de março e julho de 2020, quando comparadas a 2019. A queda de emprego nesse setor também aparece com destaque nos dados da PNAD Contínua, conforme já mencionado. O setor de “construção” também registrou

4. Dada a ausência de informação do estoque de emprego pelo Caged, estimamos essa variável tomando como base a população com carteira de trabalho do setor privado na PNAD Contínua no quarto trimestre de 2018. Em cima desse valor, adicionamos, sucessivamente, os saldos do Caged até o mês desejado.

fortes perdas em abril e maio, porém se recuperou nos meses seguintes, especialmente em julho (1,48%). Nesse período analisado, o setor menos afetado parece ter sido o da “agricultura”, que registrou perdas mais suaves nos postos de trabalho nos meses de abril e maio (quando comparado aos demais), e apresentou taxas positivas para os meses de junho e julho.

4 RENDIMENTOS

Em situações normais, a avaliação da evolução dos rendimentos é feita com base nos rendimentos médios reais habitualmente recebidos, haja vista estes serem muito menos afetados por fatores de natureza sazonal e choques sobre o mercado de trabalho do que aqueles efetivamente recebidos. Em geral, depurados os efeitos da sazonalidade e após a absorção e a diluição das consequências dos choques, os rendimentos médios habitual e efetivamente recebidos tendem a exibir comportamentos consistentes entre si. Contudo, em tempos de crises mais estruturais e duradouras, como a provocada pela atual pandemia, os impactos sobre esses rendimentos podem ser bastante distintos, dependendo de diferenças entre os grupos no que se refere à capacidade de adaptação e, também, da natureza das políticas de enfrentamento adotadas para proteger os mais afetados, com destaque para os seus impactos potenciais na decisão de permanência, ou não, no mercado de trabalho.

A variação interanual do rendimento real médio por trimestre é mostrada no gráfico 10. Após expansões e contrações ao longo da década, o que de fato chama a atenção é o seu crescimento nos dois primeiros trimestres desse ano. É plausível que a explicação resida no maior poder de barganha e na maior capacidade de adaptação dos indivíduos em ocupações de maior remuneração, principalmente mediante o regime de teletrabalho. Complementarmente, do ponto de vista das firmas, é razoável admitir que elas relutem mais a dispensar a mão de obra com maior capital humano específico enquanto houver expectativa de retomada em um futuro próximo – e esta é normalmente a parcela mais bem remunerada (*labor hoarding hypothesis*). Nesse cenário, uma maior dispensa de trabalhadores em postos mais vulneráveis e de menor remuneração acarretaria um efeito estatístico que elevaria a média dos restantes.

GRÁFICO 10
Rendimento médio real (2012-2020)¹

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Em valor absoluto e taxa de variação interanual.

O panorama é outro para os rendimentos efetivos, principalmente na dinâmica de geração de renda de trabalhadores autônomos e informais. As restrições ao deslocamento das pessoas como parte das medidas de enfrentamento da pandemia têm efeito devastador sobre sua clientela potencial e compromete sua renda, estabelecendo um hiato entre seus rendimentos efetivos e habituais.

GRÁFICO 11
Rendimento médio real habitual e efetivo (2012-2020)
 (Em R\$)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.
 Elaboração: Ipea.

Os dados do gráfico 11 mostram que a realidade do mercado de trabalho, quando aferida pelos rendimentos efetivos, é bem distinta: enquanto os rendimentos médios habituais subiram 4,7% entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020, os rendimentos médios efetivos apresentam uma retração de 11,3%. Mesmo quando se leva em conta que é comum uma queda nestes rendimentos, ainda sobra a constatação de que foi a maior queda nessa transição no período coberto pela PNAD Contínua, superando a contração de 10,5% em 2016. Além disso, essa é a maior diferença registrada entre esses dois tipos de rendimentos na série histórica da PNAD Contínua.

A combinação de maiores dificuldades para reter o posto de trabalho com maiores adversidades na capacidade de gerar renda por parte de grupos na base da pirâmide de rendimentos faz que a diferença na evolução da massa de rendimentos seja ainda mais pronunciada quando se lança mão de um conceito ou outro, conforme fica claro no gráfico 12.

GRÁFICO 12
Massa salarial real média habitual e efetiva (2012-2020)
 (R\$ bilhões)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.

Elaboração: Ipea.

Enquanto a variação negativa da massa salarial é de R\$ 12 bilhões por trimestre pela indicação do rendimento habitual, ela passa a ser de cerca de R\$ 48 bilhões por trimestre quando se lança mão do prisma do rendimento efetivo.

A recuperação da ocupação nos últimos meses, sinalizada no box 1, pode vir a alterar a distribuição de rendimentos caso não esteja acontecendo de forma homogênea entre os distintos grupos da população. No restante dessa seção, vamos checar essa hipótese de acordo com faixas de rendimento.

O gráfico 13 utiliza a mensalização dos microdados da PNAD Contínua, atualmente disponíveis até o segundo trimestre de 2020, para destacar a alta de 17,4% da população de 14 anos ou mais sem renda de trabalho entre fevereiro e junho. As pessoas ocupadas são separadas, no gráfico, em três faixas de renda habitual mensal do trabalho principal. Optou-se por utilizar faixas cujos limites não fossem diretamente afetados pelos reajustes do salário mínimo e seus múltiplos e que fossem expressas em valores nominais, para evitar variações relacionadas a arredondamentos, em um período de baixa inflação.

Nota-se que, de fevereiro a junho, as ocupações com renda habitual de até R\$ 2,8 mil mensais foram bem mais afetadas do que aquelas com renda superior a esse limite. Embora as estimativas para as três faixas tenham registrado recuperação de ocupações em algum mês, em duas delas isso ocorreu em maio, mas foi revertido em junho. Em junho, apenas a faixa

de até R\$ 1,4 mil registra uma pequena variação positiva, mas os dados do segundo trimestre da PNAD Contínua ainda não permitem apontar claramente um início de recuperação de ocupações em alguma das faixas de renda analisadas.

GRÁFICO 13

Variações percentuais, desde fevereiro de 2020, da população estimada de 14 anos ou mais por faixa de renda habitual do trabalho principal

(Em%)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.
Elaboração: Ipea.

O gráfico 14 ajuda a compreender a importância de cada faixa salarial analisada no conjunto da população de 14 anos ou mais. Embora o valor de R\$ 2,8 mil seja modesto para profissionais de maior escolaridade, na PNAD Contínua, os ocupados com renda do trabalho principal reportada superior a essa cifra representam os 10% mais bem remunerados da chamada população em idade de trabalhar, ou menos que um quinto da PO. As pessoas em idade de trabalhar sem qualquer renda de trabalho, por sua vez, saltaram de 46,7%, em fevereiro, para 54,0%, em julho.

GRÁFICO 14

Distribuição da população estimada de 14 anos ou mais por faixa de renda habitual do trabalho principal (2020)

(Em %)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/35KWG3w>>. Acesso em: out. 2018.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Os valores estão em R\$ correntes.

REFERÊNCIA

HECKSHER, M. **Cinco meses de perdas de empregos e simulação de um incentivo a contratações**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 87). Disponível em: <<https://bit.ly/3e2tdGg>>.